

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

CONTRATANTE (UASG)

(160219)

OBJETO

Aquisição de materiais de divulgação destinados à execução da "OPERAÇÃO FELINO 2026", exercício militar conjunto e combinado que reúne as Forças Armadas dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 89.987,35

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme data registrada no sistema

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
9. DO TERMO DE CONTRATO.....	16
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	17
11. DOS RECURSOS.....	17
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	20
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	21

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO SUL
5ª REGIÃO MILITAR
“REGIÃO HERÓIS DA LAPA”**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026
(Processo Administrativo nº 64317.015544/2026-32)

Torna-se público que o Comando da 5ª Região Militar, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado no Forte do Pinheirinho – Rua 31 março, s/n, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de materiais de divulgação destinados à execução da "OPERAÇÃO FELINO 2026", exercício militar conjunto e combinado que reúne as Forças Armadas dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Para todos os itens desta licitação a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. O impedimento de que trata o item 2.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.4 e 2.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.9.4 e 2.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.16. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total do item;

5.1.2 marca;

5.1.3 fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
 - 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1 empresas brasileiras;

6.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 conter vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que compreve:

7.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a executabilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de executabilidade;

7.12.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a executabilidade da proposta.

7.12.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por via digitalmente assinada.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e

contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

12.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.6 fraudar a licitação;

12.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

12.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: salc5rm@eb.mil.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/edital/160219-5-90005-2026>.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1 Anexo I - Termo de Referência; e
 - 14.11.2 Anexo II – Enxoval material de divulgação Operação Felino
 - 14.11.3 Anexo II – Estudo Técnico Preliminar

Forte do pinheirinho em Curitiba-PR, 21 de abril de 2026.

WAGNER SOARES DE AGUIAR – Cel R1
 Ordenador de Despesas

COMANDO 5 REGIAO MILITAR

Termo de Referência 27/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
27/2026	160219-COMANDO 5 REGIAO MILITAR	JOAO PEDRO MADEIRA BARAO	20/05/2026 16:25 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64317.009617/2026-57

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de divulgação destinados à execução da "OPERAÇÃO FELINO 2026", exercício militar conjunto e combinado que reúne as Forças Armadas dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Protetor crachá, material PVC cristal transparente, comprimento 15 cm, largura 11 cm, com dois furos e prendedor para jacaré. Pacote com 10 unidades	392226	UN	15	R\$ 13,80	R\$ 207,00
2	Prendedor de crachá, de poliéster, tipo cordão personalizado. Comprimento total do cordão (aberto): entre 80 cm e 90 cm. Comprimento de uso (quando pendurado no pescoço) de 40 cm a 45 cm de cada lado.Largura do cordão: 20mm. Tipo de fecho: argola e jacaré. Modelo e arte fornecidos pelo demandante.	374664	UN	15	R\$ 7,67	R\$ 115,05
3	Crachás com laminação rígida tipo PVC 070 mm 95x140mm sendo a identificação individual feita com etiquetas autoadesivas, personalizado em silk, com um furo formato elíptico na porção central.	613463	UN	150	R\$ 8,74	R\$ 1.311,00

	Modelo e arte fornecidos pelo demandante.					
4	<p>Placa acrílica, cor incolor, transmitância transparente, comprimento 25 cm, espessura 3 mm, características adicionais prisma de mesa, dupla face, aplicação para identificação de nomes em mesas, altura 10 cm, profundidade 9 cm.</p> <p>Modelo e arte fornecidos pelo demandante.</p>	630913	UN	80	R\$ 39,00	R\$ 3.120,00
5	<p>Pasta executiva, material couro sintético, cor preta, largura 35 cm, altura 25 cm, características adicionais profundidade 4 cm, 900 g, capacidade do fecho para 20 folhas, tipo fechamento zíper, impressão baixo relevo, tipo alça de mão, com bloco de anotação, com espaço interno para acomodação de canetas, cartões, pen drive etc.</p> <p>Modelo e arte fornecidos pelo demandante.</p>	248180	UN	130	R\$ 140,93	R\$ 18.320,9
6	<p>Painel anúncio, tipo banner de 1,20 metro de altura por 0,90 metro de largura em lona e com pedestal. Características adicionais conforme modelo, cor 4 x 0.</p> <p>Modelo e arte fornecidos pelo demandante.</p>	608549	UN	5	R\$ 125,00	R\$ 625,00
7	<p>Memória portátil microcomputador personalizado, capacidade memória de no mínimo de 128 gb, ou superior, interface usb 3.0, velocidade gravação 135 mbps, velocidade leitura 225 mbps, tipo cartão pen drive.</p> <p>Modelo e arte fornecidos pelo demandante.</p>	627327	UN	150	R\$ 265,00	R\$ 39.750,00
8	<p>Pasta personalizada produzida em papel couchê 250g, com acabamento de bolsa de encaixe e aplicação de verniz UV total na frente e no verso. Ideal para armazenar e organizar documentos.</p> <p>Material: Papel couchê brilho 250g. Cores: Impressão 4x0 (frente e verso coloridos). Tamanho Final: 440x310mm. Enobrecimento: Verniz UV total na frente e no verso. Acabamento: Bolsa de encaixe para maior praticidade.</p>	456322	UN	200	R\$ 18,65	R\$ 3.730,00

	Modelo e arte fornecidos pelo demandante.					
9	<p>Mousepad.</p> <p>Material de Superfície: Tecido sintético ou microfibra (macio), otimizado para sensores ópticos. Base: Emborrachada antiderrapante para manter a estabilidade. Tamanho "Padrão" (Standard): 220 x 180 mm (22x18 cm). Espessura: 3 mm.</p> <p>Modelo e arte fornecidos pelo demandante.</p>	629169	UN	200	R\$ 9,46	R\$ 1.892,00
10	<p>Bandeira Institucional. Material: Oxford (100% poliéster). Representação: Diversas, Comprimento: 90 CM, Cor: De Acordo Projeto, Largura: 128 CM. Características Adicionais: Composto das seguintes bandeiras: (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), com rosetas. 1 bandeira de cada país /Organismo Internacional.</p> <p>Modelo e arte fornecidos pelo demandante.</p>	634140	UN	10	R\$ 215,00	R\$ 2.150,00
11	<p>Base para bandeira, confeccionada em madeira lustrada padrão mogno, formato circular, com 01 saída. Acompanhada de mastro de 28 mm de espessura em madeira de lei, medindo 2,20 m de altura, e ponteira torneada.</p>	631990	UN	10	R\$ 313,14	R\$ 3.131,4
12	<p>Fardamento / acessório (Patch bordado, tipo distintivo de organização militar, tipo DOM, material tecido brim, aplicação sobre velcro, formato circular, diâmetro 70 mm, características adicionais: modelo e arte fornecidos pelo demandante.</p>	486866	UN	300	R\$ 17,70	R\$ 5.310,00
13	<p>Canetas, em metal de Alto nível, cor preta, possui detalhes cromados e em couro, mecanismo de torção e carga esferográfica padrão cross, tipo de cabo ou alça em smooth (couro), tipo de ponta bico redondo, cor da tinta azul, personalizadas. Acompanha capa de veludo preta. Modelo e arte fornecidos pelo demandante.</p>	460551	UN	500	R\$ 20,65	R\$ 10.325,00
VALOR TOTAL						R\$ 89.987,35

--	--

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura do instrumento hábil, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2 Os fornecedores devem priorizar o uso de embalagens coletivas de papelão reciclado ou material biodegradável para o acondicionamento dos itens, evitando o uso excessivo de plásticos virgens e filmes stretch, exceto quando estritamente necessário para garantir a integridade física do material contra umidade durante o transporte.

4.3 Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

Indicação de marcas ou modelos

4.4 Na presente contratação não se faz necessária a admitida a indicação de marca(s).

Da exigência de amostra

4.5 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.6 As amostras deverão ser entregues no Comando da 5ª Região Militar, Rua 31 de Março, s/nr, Curitiba, PR, Brazil, 81710-340. O prazo para apresentação da amostra será de 05 (cinco) dias úteis. O prazo será contado a partir da data de habilitação da vencedora do certame classificada em primeiro lugar, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6.1 As amostras deverão ser apresentadas lacradas em seus invólucros originais, com etiqueta de identificação contendo:

- a. Número da Licitação, item e data da entrega; e
- b. Descrição do item, nome de fornecedor, representante e telefone.

4.7 O procedimento para avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, será realizado no no Comando da 5ª Região Militar, dentro do prazo estipulado.

4.7.1 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE:

4.7.1.1 Inspeção Visual e Dimensional (Objetivo: verificar se o cartão possui as características físicas previstas):

- a. Dimensões, com tolerância máxima de + 05,mm;
- b. Espessura mínima ;
- c. Cor e acabamento: Superfície lisa, sem bolhas, rebarbas ou rachaduras;
- d. Material: PVC rígido de alta resistência;
- e. Presença de elementos gráficos (se exigidos); Brasão, numeração, etc..

4.7.2 CRITÉRIOS DE REPROVAÇÃO:

- a. Dimensões fora do padrão (desvio > 0,5 mm);
- b. Desbotamento de impressão atrito leve; e
- c. Ausência de informação obrigatórias, se exigidas (brasão, número, etc.).

Subcontratação

4.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços conforme informado pelo Chefe do Serviço de Assistência Social da 5ªRM:

5.3.1 Endereço: Almoxarifado do Comando da 5ª RM : Rua 31 de Março, s/n - Pinheirinho, Curitiba - PR, 81150-900;

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,10% (dez centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 0,20% (vinte centésimo por cento) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10 % (dez por cento) a 20 % (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5 % (cinco por cento) a 10 % (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10 % (dez por cento) a 20 % (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5 % (cinco por cento) a 10 % (dez por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos

pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5.o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento ofertado pelo licitante durante seção pública.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *IPCA*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será por demanda.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 89.987,35 (oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima] .

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 160219;

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 259974;

IV) Elemento de despesa: 339030; e

V) Plano interno: A1DTDEFOUTR.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5(cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal.

2.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho ;
- 4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Paraná, Seção Judiciária de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA


Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA

Conforme evidenciado nas demais documentações confeccionadas pela equipe de planejamento, as quais dão suporte ao presente processo, certifico que o presente Termo de Referência atende às demandas de divulgação da Operação Felino.

Documento assinado digitalmente
 **CAMILA CRISTINA CARRIEL DE MORAES**
Data: 21/05/2026 12:37:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CAMILA CRISTINA **CARRIEL** DE MORAES - 2º TEN

Membro da equipe de planejamento

Conforme evidenciado nas demais documentações confeccionadas pela equipe de planejamento, as quais dão suporte ao presente processo, certifico que o presente Termo de Referência atende às demandas de divulgação da Operação Felino.

PAULA CRISTINA MAFRA **MONTEIRO** - 3º SGT


Membro da equipe de planejamento

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAMILA CRISTINA CARRIEL DE MORAES

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
 **PAULA CRISTINA MAFRA MONTEIRO**
Data: 21/05/2026 12:53:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PAULA CRISTINA MAFRA MONTEIRO

Membro da comissão de contratação

MINISTÉRIO DA DEFESA

Operação Felino



IDENTIDADE VISUAL

Logo da edição



Área de proteção de visibilidade

Para garantir uma visibilidade adequada, deve existir uma área de proteção ao redor do brasão da operação. Esta área é calculada com base na altura da bandeira do Brasil (país-sede da edição).



ENXOVAL

Banner



Bloco de notas



Pasta



Certificado



Pasta certificado



Crachá + cordão



Face 1



Face 2



Cartão pen-drive



Mousepad



Prisma



Bolsa



Moeda

Anverso



Verso



Pacth Bordado



OBRIGADO

COMANDO 5 REGIAO MILITAR

Estudo Técnico Preliminar 22/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo:

2. Objeto

2.1. Para a aquisição de materiais destinados à execução do Exercício Conjunto e Combinado da série FELINO, objeto deste processo administrativo, será proposto, conforme o art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 (NLLC), o Pregão Eletrônico.

2.2. A Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

2.3. O inciso I do Art. 3º da referida instrução define o estudo técnico preliminar como o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2.3.1. Da leitura do dispositivo, é possível abstrair que, além de se servir a outros objetivos, os estudos técnicos preliminares devem descrever as alternativas possíveis para suprir determinada necessidade da administração, de modo a propiciar a escolha da melhor ou mais adequada solução.

2.3.2. A esse respeito, veja-se o que prescreve o caput do Art. 6º da referida instrução normativa: o ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

2.4. Nesse sentido, constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar deixar registradas as alternativas possíveis para a contratação de serviços e aquisição de materiais destinados à execução do Exercício Conjunto e Combinado da série FELINO, cujos quantitativos e requisitos serão evidenciados a partir deste documento.

3. Descrição da necessidade

3.1. A "OPERAÇÃO FELINO 2026", a ser realizada em agosto de 2026 em Foz do Iguaçu, PR, representa um exercício militar conjunto e combinado de alta relevância estratégica para o Ministério da Defesa (MD) e o Exército Brasileiro. Com o cenário focado na execução de operações de paz, este evento é embasado no Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e alinhado aos princípios de cooperação técnico-militar global da Organização das Nações Unidas (ONU). A participação de comitivas de nove países da CPLP, totalizando aproximadamente 670 participantes, além do pessoal e dos meios necessários para viabilizar um exercício militar de Estado-Maior com simulações de incidentes e tomada de decisões em missões de paz, demanda uma estrutura logística e de suporte robusta. O problema a ser resolvido é garantir a infraestrutura essencial de hospedagem e alimentação para todos os envolvidos, permitindo que se concentrem plenamente nos objetivos táticos e estratégicos do exercício, crucial para o sucesso da Operação.

3.2. O Comando da 5ª Região Militar (5ª RM) tem como missão institucional planejar, coordenar, executar e controlar funções logísticas, administrativas, territoriais e de pessoal, incluindo o apoio ao emprego da tropa na sua área de abrangência (Paraná e Santa Catarina). A realização da “OPERAÇÃO FELINO 2026” em Foz do Iguaçu, que se insere na área de responsabilidade do Comando Militar do Sul e especificamente da 5ª RM, exige que este comando cumpra seu papel de suporte logístico indispensável.

3.3. Os atores interessados na solução deste problema incluem o Ministério da Defesa, o Comando do Exército, o Comando Militar do Sul, a 5ª Região Militar, as Forças Armadas dos países da CPLP, a ONU (como pilar da cooperação), e os próprios participantes do exercício. A perspectiva de todos esses atores converge para a necessidade de um suporte logístico impecável que assegure as condições ideais para o desenvolvimento das atividades. O interesse público a ser atendido é a promoção da segurança internacional, o fortalecimento dos laços de cooperação e interoperabilidade entre as Forças Armadas de nações parceiras, a capacitação para missões de paz globais e o aprimoramento da capacidade de resposta a crises.

3.4. A Operação FELINO é um exercício militar conjunto e combinado desenvolvido no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), voltado ao treinamento integrado das Forças Armadas dos Estados-membros para atuação em missões de Apoio à Paz (AP) e Assistência Humanitária (AH), sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU).

O exercício tem como finalidade principal proporcionar um processo progressivo de preparação, permitindo que os países participantes atinjam níveis adequados de interoperabilidade, proficiência e capacidade de resposta a cenários de crise. Nesse contexto, busca-se desenvolver a capacidade de atuação coordenada diante de potenciais cenários derivados de conflitos ou situações de instabilidade.

3.5. Os exercícios da série FELINO são concebidos como um mecanismo estruturado de treinamento, abrangendo desde atividades de planejamento estratégico até a execução prática de operações no terreno. Seu escopo inclui:

- Treinamento e avaliação de Estados-Maiores conjuntos e combinados;
- Desenvolvimento da capacidade de condução de operações militares multinacionais;
- Aperfeiçoamento da interoperabilidade entre forças terrestres, navais e aéreas;
- Validação de procedimentos e doutrinas comuns.

Cada edição do exercício possui objetivos específicos previamente definidos, os quais orientam a execução das atividades e estabelecem parâmetros para avaliação do desempenho das forças participantes.

3.6. A Operação FELINO é estruturada no formato de Força-Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC), no âmbito da CPLP, com foco na preparação para missões internacionais de apoio à paz e assistência humanitária. Os exercícios são realizados com periodicidade anual, alternando entre duas modalidades:

1. **Exercício na Carta (EC)** – conduzido por meio de simulações, normalmente em ambiente informatizado, no estilo “jogo de guerra”, com ênfase no planejamento e na tomada de decisão.
2. **Forças no Terreno (FT)** – realizado em campo, na nação hospedeira, com emprego efetivo de tropas, executando o planejamento previamente elaborado pelo Estado-Maior Conjunto Combinado.

3.7. No ciclo anual, quando o exercício ocorre na modalidade EC, utiliza-se o mesmo cenário que será aplicado no formato FT do ano subsequente, assegurando continuidade e coerência no processo de adestramento. Instituída no ano 2000, a série de exercícios FELINO consolidou-se como um dos principais vetores da Componente de Defesa da CPLP, contribuindo de forma relevante para o fortalecimento da cooperação militar entre os Estados-membros e para a preparação de forças aptas a operar sob padrões internacionais. O Exercício FELINO completou 25 anos em 2025, consolidando-se como um dos principais vetores da Componente de Defesa da CPLP. Participam da operação os nove países membros da CPLP:

- Angola
- Brasil

- Cabo Verde
- Guiné-Bissau
- Guiné Equatorial
- Moçambique
- Portugal
- São Tomé e Príncipe
- Timor-Leste

3.8. A edição 2025/2026 iniciou-se em Malabo, Guiné Equatorial, com a fase de Exercício na Carta (EC), destinada ao nivelamento doutrinário e ao planejamento conjunto, tendo o Brasil participado como tutor técnico, inclusive com inovação metodológica mediante capacitação no ambiente virtual EBAula, com apoio do CCOPAB e do CEADEx. Nos termos do ciclo bienal de adestramento, o Brasil sediará a fase subsequente – Forças no Terreno (FT) – em agosto de 2026, na cidade de Foz do Iguaçu. Nos termos do normativo que regula os Exercícios FELINO, a Nação Hospedeira é responsável por prover as condições logísticas necessárias à execução da atividade, o que inclui suporte adequado às delegações estrangeiras.

3.9. Assim, a contratação ora analisada decorre diretamente da designação formal do Brasil como Nação Hospedeira do Exercício, da obrigação normativa prevista no regulamento que disciplina a sua organização e funcionamento, do compromisso institucional assumido pelo País no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, ainda, da necessidade operacional de assegurar a plena e adequada execução da fase Forças no Terreno (FT). Trata-se, portanto, de atividade de elevada relevância estratégica, diplomática e operacional, com repercussões diretas na política de defesa e na projeção internacional do Brasil.

3.10. A necessidade de aquisição de material de divulgação fundamenta-se na obrigatoriedade de prover a correta identificação, orientação e padronização visual das atividades durante as fases de Exercício na Carta (EC) e de Forças no Terreno (FT). Tais materiais são ferramentas técnicas indispensáveis para a identificação de delegações estrangeiras, sinalização de postos de comando e difusão de protocolos operativos e de segurança. Portanto, a demanda não possui caráter estético, mas sim funcional, visando garantir a fluidez das operações e a organização tática necessária para a interoperabilidade entre as forças armadas envolvidas.

3.11. O problema que se busca resolver é a ausência de recursos visuais padronizados que permitam a gestão eficiente de um evento de tal magnitude e complexidade internacional. Sem o fornecimento desses materiais, a capacidade da 5ª RM de cumprir seu papel de suporte logístico ficaria severamente comprometida, resultando em falhas de comunicação visual, desorganização dos fluxos de pessoal e prejuízo à imagem institucional do Exército Brasileiro perante as nações parceiras e observadores internacionais. A adequada divulgação institucional e técnica assegura o cumprimento dos objetivos estratégicos da Operação, facilitando o treinamento para missões de apoio à paz e assistência humanitária.

3.12. O interesse público é evidenciado pelo compromisso do Estado Brasileiro em manter a excelência em exercícios de cooperação internacional, fortalecendo os laços diplomáticos e militares com a CPLP. Os benefícios diretos incluem a otimização da coordenação do Estado-Maior Conjunto e Combinado, o aumento da segurança nas atividades de campo e a garantia de que a 5ª RM disponha dos meios necessários para projetar profissionalismo e eficiência operacional. A contratação também observará o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, buscando materiais que minimizem impactos ambientais negativos e apresentem durabilidade adequada ao ciclo de vida do objeto.

3.13. Finalmente, a demanda é considerada “comum” pois enquadra-se nos termos da definição do inciso XIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021, a qual define como bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Comando da 5ª Região Militar	2º Ten CAMILA CRISTINA CARRIEL DE MORAES e 3º Sgt PAULA CRISTINA MAFRA MONTEIRO

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1.1. A presente contratação tem por objetivo a aquisição de material de divulgação e apoio para a série de exercícios militares conjuntos e combinados FELINO, visando atender às necessidades de identificação, comunicação visual e suporte logístico-administrativo das Forças Armadas dos Estados membros da CPLP. A solução busca assegurar a padronização e a qualidade dos itens utilizados durante o adestramento para operações de paz e assistência humanitária, garantindo a visibilidade institucional e a funcionalidade tática necessária ao Estado-Maior da Força de Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC).

5.1.2.A aquisição será processada sob o rito da licitação tradicional, fundamentada no Art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sem a utilização do sistema de registro de preços. Tal modalidade justifica-se pela natureza pontual e específica da demanda vinculada ao cronograma anual do Exercício FELINO, exigindo a entrega imediata e integral do objeto para a execução das fases de Exercício na Carta (EC) ou Forças no Terreno (FT).

5.1.3. A contratada deverá garantir que todos os materiais fornecidos sejam novos, de primeiro uso, e que atendam rigorosamente às especificações de gramatura, dimensões, resistência e acabamento descritas no termo de referência. A conformidade será verificada no ato do recebimento, sendo rejeitados itens que apresentem defeitos de impressão, falhas de acabamento, variações cromáticas em relação à identidade visual do exercício ou que não apresentem a durabilidade mínima exigida.

5.1.4. A Contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como sua idoneidade econômico-financeira, em conformidade com as exigências da Lei nº 14.133/2021 e da legislação correlata.

5.1.4. Como estratégia de seleção do fornecedor e garantia de execução, será exigida a comprovação de aptidão técnica por meio de atestados que demonstrem o fornecimento de materiais de natureza e complexidade semelhantes, assegurando que a estrutura produtiva do licitante suporta as demandas de personalização e prazos rigorosos inerentes a exercícios militares internacionais.

5.2. Requisitos Específicos do Objeto da Contratação

5.2.1. Os serviços a serem contratados devem assegurar as condições de dignidade, segurança, salubridade e pleno desempenho operacional dos cerca de 670 integrantes da Operação FELINO 2026. A infraestrutura e os serviços prestados devem ser de padrão compatível com a realização de um evento internacional de elevada importância, atendendo às necessidades específicas das delegações dos nove países membros da CPLP.

5.3 Requisitos Ambientais e Sustentabilidade

5.3.1. A contratação será regida por princípios de sustentabilidade, visando à minimização de impactos ambientais e ao fomento do desenvolvimento nacional sustentável, conforme preceitua o Art. 5º da Lei nº 14.133/2021. O fornecedor deve adotar práticas de gestão ambiental adequadas, assegurando o cumprimento dos seguintes requisitos:

5.3.2. Critérios de Sustentabilidade: É exigido que o fornecedor adote práticas de manejo responsável dos recursos naturais e processos produtivos de baixo impacto, priorizando a utilização de tintas de base vegetal ou orgânica (livres de metais pesados) nos processos de impressão digital, sublimação e silk-screen, visando mitigar a emissão de Compostos Orgânicos Voláteis (VOCs).

5.3.3. Embalagens e Materiais: Os fornecedores devem priorizar o uso de embalagens coletivas de papelão reciclado ou material biodegradável para o acondicionamento dos itens, evitando o uso excessivo de plásticos virgens e filmes stretch, exceto quando estritamente necessário para garantir a integridade física do material contra umidade durante o transporte para a 5ª Região Militar.

5.4. Critérios de Seleção do Fornecedor

5.4.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação tradicional, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço **por item, desde que atendidos plenamente os requisitos de conformidade técnica descritos no Termo de Referência, a regularidade fiscal, social e trabalhista, além das condições de habilitação jurídica e qualificação econômico-financeira.**

5.4.2. **Para a comprovação da capacidade técnica, o licitante deverá apresentar atestados que comprovem o fornecimento de materiais de divulgação e personalização (gráfica, têxtil e brindes) em quantidades e características compatíveis com o objeto desta licitação, demonstrando aptidão para o cumprimento de prazos de entrega rigorosos.**

5.5. Obrigações da Contratada

5.5.1. A contratada deverá garantir a entrega dos produtos rigorosamente conforme as especificações técnicas de gramatura, dimensões, cores (escala Pantone ou CMYK conforme projeto gráfico) e acabamentos descritos, dentro do cronograma estabelecido para o Exercício FELINO.

5.5.2. É obrigação da contratada a substituição, sem ônus para a Administração, de qualquer item que apresente defeitos de fabricação, erros de grafia, divergência de cores em relação à identidade visual oficial do exercício ou danos decorrentes de transporte inadequado, no prazo máximo de 48 horas após a notificação pela fiscalização, dada a natureza temporal crítica do adestramento militar.

5.6. Outros Requisitos

5.6.1. Indicação de marcas ou modelos: Na presente contratação, a indicação de características ou modelos para alguns itens será utilizada apenas quando a descrição do objeto puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada referência de mercado, servindo exclusivamente como padrão de qualidade e desempenho esperado.

5.6.2. Da vedação de contratação de marca ou produto: Não foram apontadas marcas ou produtos vedados para a presente contratação.

5.6.3. Da exigência de amostra: será exigida amostra para a presente contratação, sendo a conformidade aferida por meio de catálogos técnicos e provas de layout digital antes da produção em escala.

5.6.4. Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a necessidade de controle direto sobre a qualidade da personalização e o sigilo das informações institucionais.

5.6.5. Garantia da contratação: Não será exigida garantia contratual além da prevista no Código de Defesa do Consumidor e das garantias técnicas específicas listadas na descrição de cada item (variando de 6 a 12 meses conforme o objeto).

5.6.6. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte: Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme legislação vigente.

5.6.6.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

5.6.6.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço obtido no certame.

5.6.6.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme decisão fundamentada da Administração.

5.6.8. Margem de Preferência: O objeto da contratação não se enquadra em margem de preferência prevista no Decreto n.º 11.890/2023, conforme disposto nas Resoluções SEGES-CICS/MGI n.º 1/2024, 3/2024 e 4/2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, pois a aquisição de material de divulgação e brindes personalizados não consta dos produtos beneficiados pelas margens de preferência estabelecidas nesses atos normativos até a presente data.

5.7. Indicação de marcas ou modelos

5.7.1. Não será aplicada a essa contratação vedação a produtos/marcas.

5.8. Subcontratação

5.8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.9. Garantia da Contratação

5.9.1. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10. Vistoria

5.10.1. Não será aplicada a essa contratação

5.11. Margem de Preferência

5.11.1. O objeto da contratação não se enquadra em margem de preferência prevista no Decreto n.º 11.890/2023, conforme disposto nas Resoluções SEGES-CICS/MGI n.º 1/2024, 3/2024 e 4/2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

6. Levantamento de Mercado

6.1. A necessidade de aquisição de materiais de divulgação e comunicação visual pelo Comando da 5ª Região Militar (5ª RM) fundamenta-se na iminência da realização da “OPERAÇÃO FELINO 2026” em Foz do Iguaçu. Trata-se de um exercício militar internacional de grande envergadura, envolvendo os Estados membros da CPLP, o que exige uma infraestrutura de sinalização, identificação e representação institucional rigorosa. A aquisição de banners, faixas, materiais informativos e itens de divulgação é essencial para a coordenação logística, a orientação das tropas estrangeiras e brasileiras e a manutenção da imagem institucional do Exército Brasileiro perante as delegações internacionais. A ausência desses materiais comprometeria a fluidez das atividades previstas no Exercício de Forças no Terreno (FT), prejudicando a interoperabilidade e o profissionalismo esperado em uma missão sob a égide da Organização das Nações Unidas.

6.2. Foram analisadas as seguintes alternativas de suprimento para o atendimento da demanda:

a) Licitação tradicional para fornecimento imediato e integral (sem Sistema de Registro de Preços) – Esta solução permite o empenho global do objeto, vinculando o fornecedor a um cronograma de entrega rígido e pré-definido, perfeitamente alinhado às datas de execução da Operação Felino 2026;

b) Sistema de Registro de Preços (SRP) – Embora comum na Administração, este modelo apresenta riscos para o evento específico, uma vez que a incerteza quanto à data de futuras contratações e a possibilidade de o fornecedor priorizar demandas maiores de outros órgãos (caronas) podem resultar em atrasos críticos na entrega de materiais personalizados que possuem data de utilidade improrrogável;

c) Contratação de agência de publicidade para fornecimento de ponta a ponta – Solução que apresenta custos administrativos indiretos elevados (taxas de agenciamento) e menor transparência na composição dos custos unitários dos materiais físicos, além de distanciar o controle técnico da 5ª RM sobre as especificações dos insumos;

d) Locação de materiais de comunicação visual – Alternativa economicamente desvantajosa para itens personalizados (com logotipos específicos do exercício e datas), cujos custos de adaptação por terceiros e o valor da locação frequentemente superam o valor da aquisição definitiva, além de não permitir a guarda de itens que possuam caráter histórico ou para uso em exercícios subsequentes da série Felino.

6.3. Foram realizadas consultas ao Sistema ETP Digital e ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), analisando-se processos de objetos semelhantes que balizaram a definição das especificações técnicas e a escolha do modelo de contratação. Tomou-se como referência técnica os levantamentos de mercado e termos de referência de certames como o Pregão Eletrônico nº 90004/2025 da Prefeitura de Monte Alto/SP e o Pregão Eletrônico nº 11 /2025 da Prefeitura de Piedade/SP. A análise dessas experiências pretéritas de outros órgãos evidenciou que, para eventos com data fixa e especificações de alta personalização, o modelo de fornecimento consolidado é o que melhor mitiga riscos de desabastecimento e garante a conformidade estética e técnica necessária.

6.4. Justificativa técnica: A opção pela licitação tradicional é tecnicamente superior para o contexto da 5ª RM pois garante a vinculação obrigatória do licitante vencedor ao cronograma da Operação Felino 2026, eliminando a discricionariedade do fornecedor em aceitar ou não ordens de fornecimento parciais. Este modelo permite uma fiscalização de qualidade mais rigorosa e centralizada, com a conferência de provas de cor e materiais de acabamento em lote único, assegurando a padronização visual indispensável para um evento internacional. Além disso, a entrega integral dos materiais permanentes e de divulgação antes do início da fase de Forças no Terreno (FT) permite a montagem antecipada dos cenários e postos de comando, garantindo que toda a sinalização tática e institucional esteja operante no momento da chegada das delegações da CPLP.

6.5. Justificativa econômica: Do ponto de vista econômico, a licitação sem registro de preços favorece a obtenção de propostas mais vantajosas devido à garantia de faturamento imediato do lote total pelo fornecedor, o que incentiva a oferta de maiores descontos por ganho de escala. A fixação dos preços no ato da adjudicação protege a Administração contra variações inflacionárias ou flutuações de custos de insumos gráficos (papel, lona e tintas) que poderiam ocorrer em atas de longa duração. O modelo também reduz drasticamente o custo operacional da 5ª RM com a gestão de múltiplos contratos ou sucessivos empenhos, simplificando a execução orçamentária dos recursos destinados especificamente à Operação, garantindo que o orçamento planejado seja integralmente revertido na qualidade técnica dos materiais entregues.

6.6. Conclui-se que a realização de uma licitação tradicional para a aquisição de materiais de divulgação é a solução que melhor atende ao interesse público e às necessidades estratégicas do Comando da 5ª Região Militar. Tal escolha assegura que a infraestrutura de comunicação da Operação Felino 2026 seja implementada com precisão técnica, previsibilidade cronológica e máxima eficiência econômica, evitando os riscos inerentes a modelos de contratação sob demanda que não se coadunam com a natureza singular e o rigor temporal de um exercício militar internacional desta magnitude.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução consiste na aquisição integral e consolidada de materiais de divulgação e comunicação visual especificamente projetados para atender às demandas logísticas e de representação institucional durante a realização da Operação Felino 2026, em Foz do Iguaçu. O objeto compreende itens personalizados como banners, faixas, informativos de orientação e suportes de identificação visual, cujas especificações técnicas seguem rigorosos padrões de qualidade e durabilidade. A estratégia fundamenta-se na missão institucional da 5ª Região Militar de planejar e executar o apoio logístico e territorial no Paraná e em Santa Catarina, garantindo que o exercício militar internacional, realizado sob a égide da Organização das Nações Unidas, disponha de infraestrutura de comunicação adequada para a interoperabilidade entre as Forças Armadas dos Estados membros da CPLP.

7.2. A necessidade administrativa decorre da magnitude da Operação Felino na modalidade Forças no Terreno (FT), que exige uma sinalização tática e institucional precisa para a coordenação de tropas estrangeiras e brasileiras. O levantamento de mercado apontou que a licitação tradicional, em detrimento do Sistema de Registro de Preços, é a via mais eficaz para mitigar riscos de desabastecimento, uma vez que vincula o fornecedor a um cronograma de entrega fixo e inadiável, compatível com o calendário do exercício. A estimativa das quantidades foi baseada no planejamento de ocupação dos postos de comando e áreas de treinamento, enquanto o valor estimado da contratação reflete os preços vigentes no mercado para materiais gráficos de alta performance, garantindo a economicidade sem comprometer a qualidade visual indispensável à imagem do Exército Brasileiro perante delegações internacionais.

7.3. A execução da contratação ocorrerá por meio de empenho, com a entrega total dos materiais em prazo antecedente ao início das atividades de campo em Foz do Iguaçu. Este modelo permite à Administração realizar uma fiscalização de qualidade centralizada, verificando provas de cor e resistência dos insumos de forma única, o que assegura a padronização estética necessária. Em caso de situações não previstas, como defeitos de fabricação, divergências nas artes gráficas ou danos durante o transporte, a solução prevê a obrigação de assistência técnica imediata pelo fornecedor, com a substituição dos itens desconformes em prazos compatíveis com a urgência da Operação. A gestão contratual será exercida diretamente pelas seções técnicas da 5ª Região Militar, garantindo que qualquer intercorrência técnica seja sanada sem prejuízo ao fluxo do exercício militar.

7.4. No que tange à especificação técnica, o objeto foi delineado com observância às normas de padronização, utilizando-se, sempre que disponível, o Catálogo Eletrônico de Padronização da Administração Pública Federal. A descrição dos itens busca o equilíbrio entre os requisitos mínimos de utilidade e resistência e a vedação a detalhes supérfluos que poderiam restringir a competitividade. A solução considera o ciclo de vida completo dos materiais, prevendo que itens de natureza permanente sejam incorporados ao patrimônio da 5ª Região Militar para uso em instruções subsequentes, maximizando o aproveitamento do investimento público e garantindo a sustentabilidade logística da organização militar.

7.5. Diante do estudo realizado, a solução proposta enquadra-se na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do Artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. O critério de julgamento adotado será o de Menor Preço, por ser o mais adequado para a aquisição de bens comuns com especificações usuais de mercado. A execução seguirá o regime de fornecimento imediato e integral, justificando-se a não utilização do sistema de registro de preços pela singularidade do evento e pela necessidade de garantia absoluta de entrega em data pré-determinada, assegurando que o Comando da 5ª Região Militar cumpra integralmente seu papel de suporte logístico à Operação Felino 2026.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A definição das quantidades para a presente contratação fundamenta-se na necessidade técnica de prover suporte logístico e visual indispensável para a viabilização da Operação Felino 2026, considerando a magnitude de um exercício internacional que envolve diversas nações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A metodologia aplicada baseou-se no dimensionamento dos espaços físicos onde operará o Estado-Maior da Força de Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC) e as tropas no terreno, assegurando que a volumetria dos itens guarde estrita proporcionalidade com o contingente previsto e com a extensão territorial da área de responsabilidade da 5ª Região Militar em Foz do Iguaçu.

8.2. Para o estabelecimento das estimativas, procedeu-se a uma análise analítica fundamentada no histórico de edições anteriores de exercícios da série Felino e em operações de natureza combinada sob a égide da Organização das Nações Unidas, ajustando-se as métricas às especificidades logísticas do Comando Militar do Sul. A quantificação leva em conta a execução parcelada, permitindo que a disponibilidade dos materiais acompanhe cronologicamente as fases de planejamento, o exercício na carta e a movimentação de forças no terreno, evitando desperdícios e garantindo a otimização dos recursos públicos em conformidade com o princípio da eficiência estabelecido na Lei 14.133/2021.

8.3. O cálculo considerou parâmetros técnicos de visibilidade, sinalização tática e comunicação institucional, elementos vitais para a interoperabilidade entre as Forças Armadas envolvidas e para a correta condução das missões de apoio à paz e assistência humanitária. As memórias de cálculo, que detalham a correlação entre os pontos de aplicação da solução e a demanda operacional da 5ª Região Militar, encontram-se devidamente documentadas no processo, demonstrando que os quantitativos projetados são o estritamente necessário para o cumprimento das funções logísticas, territoriais e de suporte ao emprego da tropa.

8.4. Adicionalmente, a estimativa contempla a necessidade de manutenção de uma reserva técnica operacional para suprir demandas emergentes que possam surgir durante a transição do planejamento no nível operacional para a execução no nível tático.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 89.987,35

9.1. A estimativa dos valores para a presente contratação constitui etapa crucial para assegurar a vantajosidade econômica da futura licitação e a plena consecução dos objetivos estratégicos da Operação Felino 2026. A pesquisa de preços foi conduzida com rigor técnico, considerando a contratação de serviços integrados de hospedagem, alimentação, infraestrutura e apoio logístico na cidade de Foz do Iguaçu/PR, garantindo condições adequadas de execução, conforto, segurança e suporte às delegações nacionais e estrangeiras envolvidas no exercício.

9.2. Em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa nº 65/2021, a metodologia de pesquisa de mercado foi planejada de forma a proporcionar um referencial de preços fidedigno e transparente. Foram analisadas as especificidades do objeto, notadamente a natureza integrada dos serviços, o padrão de qualidade exigido e a complexidade logística inerente a um evento internacional, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

9.3. A pesquisa de preços considerou, sempre que possível, os parâmetros previstos no art. 5º da IN nº 65/2021, com ênfase nos incisos II (contratações similares) e IV (pesquisa direta com fornecedores). Contudo, verificou-se limitação na identificação de contratações públicas plenamente comparáveis, em razão da singularidade do objeto, do elevado grau de integração dos serviços e da influência da sazonalidade do setor hoteleiro em Foz do Iguaçu.

9.4. Em razão dessas particularidades, a Administração adotou abordagem ampliada de pesquisa, com consultas a múltiplos fornecedores, especialmente agências de turismo e empresas especializadas em eventos, refletindo a dinâmica predominante do mercado para esse tipo de contratação. Foram realizadas consultas em mais de uma oportunidade, ampliando a competitividade e a confiabilidade dos dados obtidos.

9.5. Todos os levantamentos de preços observaram rigorosamente as características específicas do objeto, incluindo padrões de qualidade, condições de execução e integração dos serviços em um único complexo ou estrutura coordenada, conforme exigido para o adequado suporte logístico da Operação. Tal cuidado assegurou a comparabilidade dos preços e a aderência às reais necessidades da contratação.

9.6. A metodologia empregada para definição dos valores estimados, bem como a memória de cálculo, cotações obtidas e documentos de suporte, encontra-se devidamente organizada no mapa comparativo de preços, evidenciando a transparência, rastreabilidade e fundamentação técnica do processo.

9.7. Para os itens em que foi possível utilizar contratações similares (inciso II), foram analisados dados extraídos de aquisições públicas recentes, observando-se quantitativos, especificações e condições de execução compatíveis. A partir dessas informações, foram aplicadas métricas estatísticas adequadas, com destaque para a utilização de médias, após a devida qualificação dos dados.

9.8. Nos casos em que a amostra de contratações similares se mostrou insuficiente, foi intensificada a pesquisa direta junto a fornecedores (inciso IV), assegurando a obtenção de múltiplas cotações válidas. Essa estratégia permitiu ampliar a base de dados e refletir com maior precisão os preços praticados no mercado especializado.

9.10. Previamente à consolidação dos valores estimados, foi realizada análise crítica dos dados coletados, com a exclusão de preços inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, bem como daqueles que não atendiam aos critérios mínimos de similaridade. A definição final dos preços considerou a aplicação de metodologia estatística adequada, conforme previsto no art. 6º da IN nº 65/2021.

9.11. Pelo exposto, verifica-se que os preços estimados para a presente contratação refletem de forma consistente as condições reais do mercado, estando em conformidade com a legislação vigente. A metodologia adotada confere robustez, confiabilidade e legitimidade aos valores obtidos, assegurando a observância dos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, essenciais à execução da Operação Felino 2026.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Em observância ao disposto no artigo 40, inciso V, alínea b, e no artigo 47, caput, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação adota o princípio do parcelamento do objeto. Esta decisão fundamenta-se na viabilidade técnica e na busca pela maior vantajosidade econômica para a Administração Pública, uma vez que a divisão da demanda em itens independentes permite a ampliação da competitividade e o aproveitamento das especialidades do mercado. A estratégia visa evitar a concentração de mercado e possibilitar a participação de um maior número de licitantes, garantindo que o Comando da 5ª Região Militar obtenha propostas mais condizentes com os valores praticados nos diversos setores que compõem a solução, como o de comunicação visual, têxtil e de materiais promocionais.

10.2. A análise técnica demonstra que o objeto é composto por itens de naturezas distintas, abrangendo desde materiais de impressão de grande formato e sinalização tática até artigos de vestuário, papelaria e dispositivos eletrônicos. A adjudicação por item é a medida mais adequada, visto que não há dependência técnica indissociável entre os materiais que justifique o agrupamento. O agrupamento poderia restringir a participação de empresas especializadas em nichos específicos, como confecção têxtil ou produção de brindes personalizados, forçando a Administração a contratar empresas intermediárias, o que elevaria o custo final e poderia comprometer a qualidade técnica dos insumos necessários à Operação Felino 2026.

10.3. Sob o aspecto da economicidade, o parcelamento assegura que cada item seja disputado individualmente, permitindo que a Administração selecione a proposta de menor preço para cada especificação técnica detalhada. Tal abordagem mitiga o risco de sobrepreço que frequentemente ocorre em adjudicações por preço global ou por grupos, onde a vantagem obtida em um item pode ser anulada pela desvantagem em outro. Além disso, a divisão do objeto em dezessete itens distintos favorece a ampla participação de licitantes, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo a competitividade e garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa sem comprometer a padronização visual exigida pelo Exército Brasileiro para o evento internacional.

10.4. Do ponto de vista operacional e logístico, a coordenação da entrega dos materiais pelo Comando da 5ª Região Militar é plenamente exequível, não havendo prejuízo à integridade ou à funcionalidade da solução como um todo. A Administração possui capacidade técnica para gerir o recebimento e a fiscalização de diferentes fornecedores, garantindo que o cronograma de apoio à operação em Foz do Iguaçu seja rigorosamente cumprido. A opção pelo julgamento por menor preço por item consolida-se como o modelo que melhor atende ao interesse público, aliando a eficiência na gestão de recursos à garantia de que todos os itens possuam a qualidade e a durabilidade necessárias para a representação institucional perante as delegações estrangeiras.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. A presente contratação guarda estreita relação com o planejamento logístico global da Operação Felino 2026, uma vez que a eficácia dos materiais de sinalização e comunicação visual depende diretamente da definição prévia das áreas de instrução, postos de comando e locais de alojamento. Tais espaços são objeto de contratações distintas voltadas à infraestrutura e ao suporte de campanha, as quais estão devidamente previstas no Plano de Contratações Anual do Comando da 5ª Região Militar, assegurando que a identidade visual e as orientações táticas sejam aplicadas sobre uma base logística já consolidada e compatível com as necessidades do exercício internacional.

11.2. Identificam-se como contratações interdependentes o fornecimento de serviços de transporte, hospedagem e alimentação no contexto da Operação Felino 2026. Essas demandas acessórias, fundamentais para a interoperabilidade das Forças Armadas da CPLP, encontram-se em fases específicas de planejamento e execução sob responsabilidade das seções técnicas competentes, garantindo a convergência de esforços para o pleno atingimento dos objetivos operacionais e táticos do Estado-Maior Conjunto Combinado.

11.3. Ressalta-se que, embora as contratações mencionadas sejam complementares sob o ponto de vista do sucesso da Operação Felino, a solução ora delineada possui autonomia executiva e não gera dependência técnica impeditiva. O cronograma de entrega foi estabelecido de forma a harmonizar-se com o calendário de montagem das estruturas de apoio em Foz do Iguaçu, garantindo que a comunicação visual necessária para a organização do terreno esteja disponível em tempo oportuno, de modo a maximizar o aproveitamento do investimento público e a sustentabilidade logística da organização militar.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A presente contratação fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas do Exército Brasileiro que regem o planejamento administrativo e logístico das Organizações Militares. No âmbito do Comando da 5ª Região Militar (5ª RM), os processos de aquisição são orientados para garantir o cumprimento da missão institucional de planejar, coordenar e executar funções logísticas, administrativas e territoriais nos estados do Paraná e de Santa Catarina, assegurando o apoio necessário ao emprego da tropa e à realização de exercícios militares de grande vulto.

12.2. O planejamento institucional do Comando da 5ª Região Militar está estritamente alinhado às orientações do Comando Militar do Sul (CMS) e do Comando do Exército, estruturando-se de forma a permitir que as demandas táticas e operacionais sejam atendidas com máxima eficiência. A contratação em tela encontra-se inserida nesse contexto, visando prover os meios materiais necessários para que a Unidade Gestora cumpra seu papel de suporte logístico indispensável durante a execução de missões estratégicas e de representação internacional.

12.3. A necessidade administrativa está diretamente vinculada à realização da Operação Felino 2026, em Foz do Iguaçu, exercício conjunto e combinado que envolve as Forças Armadas dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Sendo um evento de natureza internacional sob a égide da Organização das Nações Unidas, a prontidão logística da 5ª RM é fundamental para assegurar a interoperabilidade e a organização das Forças no Terreno (FT), demandando uma estrutura de suporte e identificação visual compatível com a magnitude e a seriedade da operação.

12.4. O objeto desta solução foi devidamente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) do Comando da 5ª Região Militar, documento que consolida as demandas de todas as organizações militares apoiadas e define as prioridades de aquisição para o exercício financeiro. A inclusão desta demanda no PCA garante que o processo administrativo siga o cronograma estabelecido, evitando rupturas no suporte logístico e permitindo uma gestão orçamentária eficiente e transparente, em total consonância com o princípio do planejamento.

12.5. O alinhamento estratégico é verificado pela integração entre a necessidade de campo e o planejamento de suporte territorial da 5ª RM. Considerando a modalidade de Forças no Terreno, a solução visa mitigar riscos operacionais por meio de uma sinalização técnica precisa e comunicação institucional adequada, elementos essenciais para a coordenação de tropas brasileiras e estrangeiras em áreas de instrução e postos de comando. Tal medida reflete o compromisso da Unidade com a otimização dos recursos e com a manutenção da imagem do Exército Brasileiro perante as delegações internacionais.

12.6. No que tange à execução administrativa, o processo observou rigorosamente as etapas de oficialização da demanda e análise de viabilidade técnica, garantindo que os quantitativos e as especificações guardem estrita relação com o planejamento tático da Operação Felino 2026. A governança das contratações na 5ª Região Militar assegura o acompanhamento contínuo dos prazos, desde a fase interna até a entrega total do objeto, certificando que toda a infraestrutura de apoio esteja plenamente disponível antes do início das atividades militares em Foz do Iguaçu.

12.7. Conclui-se que a contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar está em total harmonia com o planejamento da organização, tendo sido analisada sob os aspectos de conveniência, oportunidade e economicidade. A viabilidade da solução foi confirmada durante a fase de planejamento, restando demonstrado que o atendimento desta demanda é condição essencial para que o Comando da 5ª Região Militar atinja seus objetivos institucionais no apoio ao maior exercício militar no âmbito da CPLP.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. O principal resultado esperado é o pleno cumprimento da missão institucional do Comando da 5ª Região Militar no suporte logístico à Operação Felino 2026, assegurando que a infraestrutura de comunicação visual e sinalização tática atenda aos requisitos internacionais de interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados membros da CPLP. Pretende-se consolidar a imagem profissional e organizada do Exército Brasileiro perante as delegações estrangeiras, por meio de materiais de divulgação e identificação padronizados que facilitem a coordenação e a execução das atividades no ambiente de Forças no Terreno em Foz do Iguaçu.

13.2. Em termos de economicidade e eficiência financeira, a contratação visa obter o melhor custo-benefício mediante a utilização do Pregão Eletrônico, permitindo que a Administração selecione a proposta mais vantajosa conforme os parâmetros de mercado, sem comprometer a qualidade técnica indispensável para operações de campo. O planejamento centralizado e a aquisição integral evitam custos excedentes decorrentes de contratações fragmentadas ou emergenciais, garantindo a aplicação racional dos recursos orçamentários em conformidade com os princípios da Lei 14.133/2021.

13.3. No que tange ao aproveitamento de recursos humanos, a solução permite que o efetivo militar da 5ª Região Militar e das unidades diretamente envolvidas concentre seus esforços nas atividades finalísticas de planejamento operacional e execução da manobra. A aquisição de materiais prontos e profissionais desonera a tropa da necessidade de confeccionar sinalizações de forma artesanal ou improvisada, otimizando o tempo das equipes técnicas e reduzindo o desgaste administrativo, assegurando que a produção técnica seja executada por especialistas externos com maior precisão e celeridade.

13.4. Quanto aos recursos materiais, o resultado pretendido é a disponibilidade de insumos de alta durabilidade e resistência às intempéries, adequados para as condições severas de um exercício militar no terreno. A solução prevê que itens de natureza permanente sejam incorporados ao patrimônio da 5ª Região Militar após o término do evento, garantindo a sustentabilidade do investimento público e permitindo o reaproveitamento desses materiais em instruções e operações subsequentes na área de responsabilidade do Comando, o que amplia significativamente a vida útil e a utilidade dos produtos adquiridos.

13.5. Por fim, espera-se atingir um elevado padrão de segurança e eficácia tática durante o exercício, uma vez que a sinalização clara de postos de comando, áreas de treinamento e fluxos logísticos minimiza riscos de incidentes e otimiza a movimentação de pessoal e veículos estrangeiros. A qualidade dos materiais de divulgação e orientação contribuirá diretamente para o sucesso da Operação Felino 2026, reforçando a capacidade do Comando da 5ª Região Militar em sediar eventos de magnitude internacional sob a égide das Nações Unidas.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Previamente à celebração do ajuste, a Administração deverá formalizar a designação da equipe de planejamento da contratação e dos fiscais técnico e administrativo, em estrita observância ao princípio da segregação de funções estabelecido pela Lei nº 14.133/2021. Estes agentes deverão ser instruídos acerca das particularidades da Operação Felino 2026, especialmente no que tange aos rigorosos padrões de identidade visual e sinalização exigidos

para um exercício militar de nível internacional e interações, garantindo que o recebimento dos itens ocorra em absoluta conformidade com as exigências de durabilidade e especificações técnicas necessárias para o ambiente de emprego de forças no terreno.

14.2. Será necessária a realização de nivelamento técnico para os militares indicados para a fiscalização, com foco nas disposições da nova lei de licitações e contratos, abordando detalhadamente os procedimentos de conferência quantitativa e qualitativa, gestão de prazos de entrega e ritos de aplicação de sanções em caso de descumprimento contratual. Este treinamento deve contemplar também a familiarização com os manuais de identidade visual do Exército Brasileiro e as orientações específicas da CPLP, garantindo que a solução entregue não apresente distorções estéticas ou técnicas que possam comprometer a representação institucional perante as delegações estrangeiras.

14.3. O Comando da 5ª Região Militar deverá assegurar a disponibilidade de infraestrutura logística adequada em suas instalações para o recebimento, conferência rigorosa e armazenamento temporário de todo o lote contratado. Considerando que a execução da presente contratação prevê entrega global em prazo antecedente ao deslocamento para Foz do Iguaçu, é imperativo que a seção de logística planeje antecipadamente os meios de transporte e a equipe de montagem para a posterior distribuição e instalação da sinalização nas áreas de treinamento, garantindo que o cronograma do exercício não sofra solução de continuidade.

14.4. A Administração deverá proceder com a revisão final e a validação técnica de todos os arquivos de arte final, diagramação e vetores que compõem o escopo do objeto, certificando-se de que estão em formatos compatíveis com as exigências de impressão de alta performance e grande formato. Esta providência é fundamental para que, imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da nota de empenho, o fornecedor possua todos os subsídios necessários para iniciar a produção sem a necessidade de diligências adicionais que poderiam retardar o fornecimento da solução.

14.5. Deverá ser realizada a atualização do Plano de Gestão de Riscos do processo, com foco no monitoramento de eventuais gargalos logísticos de transporte até a região de fronteira ou flutuações na disponibilidade de insumos gráficos no mercado. A coordenação da 5ª Região Militar estabelecerá um canal direto de comunicação entre a equipe de fiscalização e o escalão logístico da Operação Felino, assegurando que qualquer desconformidade técnica detectada no ato da entrega seja sanada em tempo recorde, preservando o cumprimento da missão de apoio logístico e a imagem do país no cenário internacional.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A contratação de materiais de divulgação e sinalização para a Operação Felino 2026 acarreta impactos ambientais associados primordialmente ao consumo de matérias-primas de origem polimérica, como o cloreto de polivinila (PVC) e poliestireno, além da geração de resíduos sólidos após o término do exercício. Identifica-se o potencial impacto decorrente do uso de tintas e solventes químicos no processo de impressão, que podem liberar compostos orgânicos voláteis (COVs). Para mitigar tais efeitos, a especificação técnica do objeto prioriza materiais com elevada durabilidade, permitindo que itens de sinalização institucional e suportes permanentes sejam reincorporados ao patrimônio da 5ª Região Militar para uso em instruções e missões subsequentes, reduzindo a necessidade de novos descartes e minimizando a extração de recursos naturais.

15.2. No que tange à eficiência no uso de recursos, as licitantes deverão observar a preferência por tecnologias de impressão de baixo impacto, como o emprego de tintas de base eco-solvente ou cura UV, que reduzem a emissão de poluentes atmosféricos e prescindem de solventes agressivos. Em observância ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), será exigido que o fornecimento minimize o sobre-empacotamento, utilizando embalagens fabricadas com material reciclado ou de fontes certificadas, como o selo FSC (Forest Stewardship Council) ou PEFC, garantindo que a logística de transporte e entrega em Foz do Iguaçu não gere volume desnecessário de rejeitos em área de reconhecida importância ambiental.

15.3. A gestão dos resíduos sólidos e o desfazimento dos bens seguirão rigorosamente os ditames da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), estabelecendo-se a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida

dos produtos. Para os materiais que atingirem o fim de sua vida útil e não comportarem reaproveitamento administrativo, a contratada deverá assegurar a logística reversa ou comprovar a destinação final ambientalmente adequada por meio de parceria com associações de catadores ou empresas de reciclagem licenciadas. Tal medida visa garantir que o encerramento das atividades de campo da Operação Felino não resulte em passivos ambientais locais, alinhando a atuação do Exército Brasileiro às metas de governança ambiental da Administração Pública Federal.

15.4. Como critérios de conformidade ambiental, as empresas deverão observar as normas técnicas da ABNT aplicáveis ao setor gráfico e, sempre que possível, apresentar certificações que atestem o compromisso com a gestão ambiental, como a ISO 14001. A exigência de insumos que atendam a requisitos de baixo consumo de energia em sua produção e a ausência de metais pesados em pigmentos reflete o cumprimento do Artigo 11 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o desenvolvimento nacional sustentável como princípio e objetivo da licitação. Dessa forma, a 5ª Região Militar assegura que o suporte logístico ao evento internacional ocorra de forma harmônica com a preservação do meio ambiente, mitigando riscos administrativos e fortalecendo a imagem institucional perante as nações amigas da CPLP.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Esta equipe de planejamento declara a plena viabilidade técnica, administrativa e jurídica da presente contratação, fundamentada no estrito alinhamento estratégico com as atribuições de apoio logístico e territorial do Comando da 5ª Região Militar para a Operação Felino 2026. O estudo técnico demonstrou que a infraestrutura de sinalização e comunicação visual é condição essencial para a segurança, a coordenação de tropas multinacionais e a adequada representação institucional do Exército Brasileiro perante os Estados membros da CPLP. A solução delineada assegura os meios necessários para a interoperabilidade em ambiente de Forças no Terreno, garantindo que o fluxo de informações e a identificação tática ocorram sem óbices durante o adestramento conjunto.

16.2. Sob a ótica da Lei nº 14.133/2021, a contratação mostra-se plenamente exequível e oportuna, tendo sido dimensionada para mitigar riscos de desabastecimento por meio de um cronograma de entrega fixo e vinculante, incompatível com a incerteza de demandas fragmentadas. A opção pelo regime de fornecimento integral e imediato permite uma fiscalização de qualidade rigorosa e centralizada, essencial para a padronização estética exigida em um evento internacional desta magnitude. Assim, considerando a maturidade do planejamento, a adequação orçamentária e a indispensabilidade do objeto para o êxito da missão em Foz do Iguaçu, esta equipe conclui que a solução proposta é a que melhor atende ao interesse público e à eficiência operativa da Força Terrestre.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
gov.br PAULA CRISTINA MAFRA MONTEIRO
Data: 21/05/2026 12:53:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PAULA CRISTINA MAFRA MONTEIRO

Membro da comissão de contratação



CAMILA CRISTINA CARRIEL DE MORAES

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apresentacao_Enxoval_Opracao_FELINO____vs4.pdf (2.27 MB)